Conclusão

A construção da Rodovia Transamazônica, que provocou grandes migrações, foi responsável por profundas transformações no Estado do Pará. A pecuária extensiva que se estabeleceu no Estado, os grandes projetos - em particular o de Carajás e a hidroelétrica de Tucuruí - e os garimpos atingiram a população local e o ambiente natural, recolocando a região no contexto nacional e internacional, dado os impactos causados pela ocupação desordenada.

A pecuária extensiva, ocupando as terras próximas às rodovias, deixa como alternativa aos agricultores familiares, áreas nos limites das matas, tornando difícil o escoamento da sua produção. As estradas vicinais, que ligam as principais rodovias aos seus estabelecimentos, não são objeto das ações governamentais quanto à sua conservação, fazendo com que os agricultores tornem-se dependentes das madeireiras - que se dirigem para as matas com maquinários pesados enquanto há espécies de seus interesses a serem exploradas - na conservação daquelas estradas, nos períodos de seca. A ausência de ações típicas do poder público gera esta relação, cujos benefícios aos pequenos produtores são de curto prazo sem perspectivas de continuidade e, não raras são as vezes em que tornaram-se responsáveis pelas conseqüências da exploração predatória dos recursos florestais pelos madeireiros.

Nas regiões do Marajó e parte do Baixo Amazonas, o grande potencial apresentado pelos produtos florestais cada vez mais tem seu valor reconhecido - cuja exploração exige um aproveitamento sustentável - podendo configurar-se como alternativa para a população local. Observa-se que estes produtos estão inseridos em nichos de mercado de difícil acesso à população local, exigindo uma assistência técnica preparada e articulada regionalmente, de forma a atender as demandas desta população (tradicional). Ao lado de investimentos direcionados à comercialização e de infra-estrutura de beneficiamento, a assistência técnica é um dos elementos chaves para viabilizar os empreendimentos neste campo.

Nas regiões Nordeste Paraense e em parte do Sudeste Paraense e do Baixo Amazonas, também áreas de antigas colonizações, onde encontram-se grandes extensões de terras degradadas, verifica-se a busca de alternativas de recuperação e uso destas. De um lado, o incremento de cultivos perenes procura reproduzir os ciclos naturais com a incorporação de biomassa no solo, dentro de uma lógica de diversificação da renda – principalmente dos pequenos produtores – e a alteração de sistemas tradicionais de cultivos. De outro, os setores empresariais (madeireiros) com apoio de governos locais (municipais), agências de financiamento (Banco do Brasil) e empresas de insumos e maquinários do Sul do país vêm propondo o cultivo de soja, ao lado da atividade pecuária nestas áreas. Esta alternativa segue a lógica implantada no Centro-Oeste do país, com cultivos em módulos de 500 hectares, de forma a viabilizar determinado padrão tecnológico. É uma atividade em que a questão ambiental serve muito mais a atração de recursos procurando potencializar a infra-estrutura pré-existente (vias de escoamento da produção para exportação). Esta é uma via poupadora de mão-de-obra, inclusive da técnica de nível médio, dado o seu padrão tecnológico e o nível de conhecimento profissional exigidos, situados no campo gerencial dos empreendimentos e na tomada de decisões quanto à escolha dos produtos que compõem o “pacote” tecnológico, favorecendo os profissionais de nível superior.

Nas regiões do Sudeste e Sudoeste Paraense são encontrados grandes contingentes de antigos colonos que se mantêm na terra e que procuram desenvolver suas atividades agrícolas sob uma nova lógica. Comunidades organizadas de pequenos produtores - articuladas individualmente ou entre si - buscam alternativas econômicas, adaptando sistemas de produção com as condições ambientais, diversificando sua produção com sistemas agroflorestais. As diversas associações destes produtores desenvolvem ações voltadas à agroindustrialização e comercialização do produto de suas lavouras e das matas. Neste contexto, a assistência técnica demandada por estes produtores deve dar conta dos aspectos relacionados às formas de organização de produtores, ao planejamento e à organização das atividades, frente à capacidade de agroindustrialização e comercialização da produção, e a busca de novos mercados, entre outras.

Pode-se dizer, então, que o Estado do Pará passa por um momento de definição quanto às propostas de desenvolvimento. De um lado, a visão tradicionalista de exploração de recursos naturais ainda existentes, capitaneada pelas madeireiras e mineradoras, por exemplo. De outro, aquelas baseadas no conceito de sustentabilidade, enquadradas nos programas internacionais de preservação de recursos florestais (PPG7) e aquelas que surgem por iniciativa dos segmentos da sociedade civil (sindicatos e associações de trabalhadores rurais, ONGs), procurando reverter o quadro da degradação ambiental conjuntamente à geração e ao aumento de renda das populações menos favorecidas pelo desenvolvimento adotado até então. As diferentes organizações de pequenos produtores e ONGs de apoio a essas, existentes no Sudeste e Nordeste Paranaense, em municípios como Eldorado de Carajás, São Domingos, Marabá e Nova Ipixuma, ilustram o universo de iniciativas neste campo, que se articulam em redes como a do Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA), vertente que abre possibilidades de inserção de profissionais de forma mais massiva a programas articulados com aquelas organizações, porém com elevadas exigências na formação dos profissionais, dada à complexidade das questões a serem tratadas e da necessária integração dos técnicos com as comunidades a serem trabalhadas, dentre outras.

Bibliografia

GAZETA MERCANTIL. ”Balanço Anual, Pará”. São Paulo, junho de 1998.

IBGE. Censo Agropecuário Pará, 1995–1996. Número 5, Rio de Janeiro, 1998.

CUT/CONTAG. Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil. São Paulo, Projeto CUT/CONTAG, s/d.

FNP CONSULTORIA. Anualpec 1999. São Paulo.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL E PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL – PPG7. PD/A: uma contribuição para o uso inteligente das florestas tropicais. Brasília, 1998.

RELATÓRIO DE MONITORIA E AVALIAÇÃO DE SUBPROJETOS – 1997. Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA. Brasília, março de 1998.